



Educação municipal do Rio vai paralisar dia 18 de maio

Assembleia no Clube Municipal, às 10h, seguida de ato público

A conjuntura brasileira está cada dia mais complexa e imprevisível. Neste cenário de crise política e econômica, a prefeitura está totalmente voltada para a realização das Olimpíadas 2016: verbas cortadas, utilização da previdência do servidor, empréstimos, tudo vale para garantir a realização dos jogos. E depois?

Observando, e sofrendo na carne, a crise do estado do Rio, os servidores municipais já pensam no dia seguinte. Uma prefeitura quebrada em 2017, e talvez já no 2º semestre, poderá levar a cidade do Rio a quadro semelhante: a crise será paga pelos servidores com congelamento e parcelamento de salários, aumento da previdência e precarização ainda maior dos serviços públicos.

Este quadro pode se agravar, caso o PL nº 257 não seja derrotado. O custo da renegociação da dívida dos estados recairá sobre os trabalhadores, com uma proposta



Está na hora de a rede municipal do Rio voltar às ruas em defesa da educação pública de qualidade

de lei de responsabilidade fiscal estadual e municipal que garantirá a aplicação de medidas como a restrição a concursos públicos e a aumentos reais de salário.

O que fazer? Perguntam muitos

professores e funcionários. O imobilismo não nos serve. Há dois anos, desde 2014, esta prefeitura não recebe o Sepe que, por diversos meios, vem tentando a abertura de negociações.

Paralisação dia 18 de maio

O sindicato também não está parado e tenta mobilizar a categoria. Em 2015, uma vitória impediu o deslocamento generalizado dos professores de suas unidades escolares e a continuidade da política de reestruturação. Um embate que só foi possível ser feito porque contou com o grande apoio de pais e responsáveis. Em 2016, além das assembleias mensais, o sindicato vem organizando a edu-

cação infantil através de plenárias e do núcleo de estudos. Diante do prazo final, determinado pela justiça, para a implantação do 1/3 de atividade extracurricular, a categoria realizou um protocolo na prefeitura requerendo o seu pleno direito.

Na assembleia do dia 09/04, os profissionais da educação decidiram esquentar a sua luta. Não podemos esperar a situação se agravar ainda mais! Professo-

res e funcionários da rede municipal vão PARALISAR AS SUAS ATIVIDADES NO DIA 18 DE MAIO DE 2016 e vai realizar assembleia no auditório do Clube Municipal, às 10h (auditório do 6º andar - Rua Hadock Lobo, nº 359, Tijuca) e em seguida um ato público (em local a confirmar), para dizer em alto e bom som: nada está tranquilo, nada está favorável! Vem pra luta!

Trabalho precário e superexploração na educação municipal

Professores e funcionários da educação não são trabalhadores fabris. Todavia, nos oito anos de governo Eduardo Paes, houve a intensificação da exploração do seu trabalho. A ampliação e a universalização das creches e da pré-escola (a prefeitura teve 10 anos para ampliar as turmas de educação infantil!) são feitas às custas da sobrecarga do trabalho de PEI's, AEI's e auxiliares que não podem realizar plenamente a atividade pedagógica. Estas profissionais cumprem jornadas extenuantes, muitas sem direito a 1 hora de pausa para o almoço, para ir ao banheiro, muito menos usufruir do seu direito ao 1/3 de atividade extracurricular para a sua formação e planejamento.

A este quadro da educação infantil,

se somam as professoras migradas. Elas cumprem uma carga horária de 50 horas semanais, geralmente se deslocando entre duas unidades escolares. Numa mudança de jornada que obriga a execução de hora-extra (um direito do trabalhador e não um dever!), muitas já pensam em retornar às suas cargas horárias originais.

Os PEF's e os demais PROFESSORES dos ginásios cariocas têm a sua carga horária em sala de aula ampliada devido à contagem do tempo de trabalho em hora relógio. Hoje, os professores de 40h, na prática, vivem uma situação de dedicação exclusiva, sem que o edital tenha estabelecido este critério e sem receberem uma remuneração específica para este objetivo.

Todos os DOCENTES da rede se uni-

ficam diante dos mesmos problemas: o direito à origem não é mais reconhecido pela SME, apesar da conquista da greve de 2013 não ter sido revogada. Na visão da prefeitura, professores de 16h, 30h e 22,5h podem ser deslocados a seu bel prazer como um "tapaburaco". Sem direito a 1/3 de atividade extracurricular, que poderia estimular a formação continuada do profissional e o planejamento das atividades pedagógicas, os professores do município são transformados pela SME em meros reprodutores de descritores e aplicadores de apostilas e provas bimestrais, homogeneizando o ensino, numa tendência conservadora tecnicista que está na contramão de uma pedagogia libertadora e empoderadora.

Funcionários também sofrem

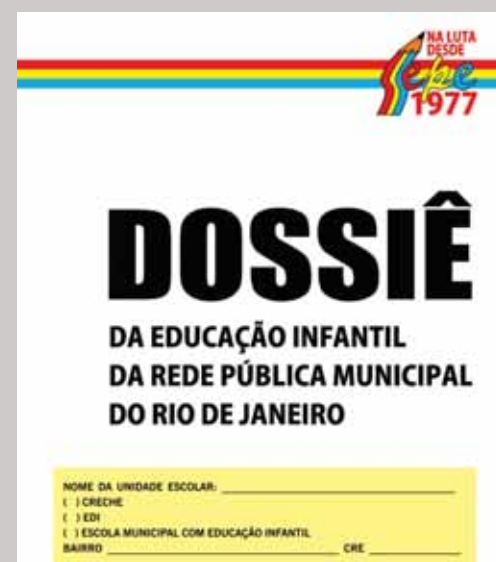
Os funcionários da educação desta rede vivenciam um quadro dramático. A prefeitura, na prática, decretou a extinção dos cargos de porteiros, merendeiras e serventes. Esses profissionais são deslocados ao bel prazer da terceirização. Não possuem uma política de formação e de valorização salarial. Não têm direito à origem e à remoção. Salários baixos, trabalho precário e carga horária excessiva.

Por outro lado, os novos cargos já nascem com salários complementados por gratificações e por

desvios de função que precarizam ainda mais as atividades de agentes educadores e secretários escolares (muitas vezes atuam como porteiros e até dentro das salas de aula!). Até mesmo os terceirizados estão temerosos quanto ao futuro do pagamento dos seus salários, pois os atrasos se tornaram uma realidade.

Enfim, assim como em 2013, os professores e funcionários da educação da cidade do Rio possuem motivos de sobra para soltar o grito preso na garganta, se unificar com os demais colegas e lutar!

O Sepe elaborou uma pesquisa para saber a real situação das nossas creches e escolas da educação infantil. Preencha o Dossiê da Educação Infantil (também disponível na página do Sepe). Vamos denunciar o que a propaganda da prefeitura não mostra!



NA LUTA DESDE 1977

DOSSIÊ

DA EDUCAÇÃO INFANTIL
DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL
DO RIO DE JANEIRO

NOME DA UNIDADE ESCOLAR: _____

CREECHE
 E.I. EDI
 ESCOLA MUNICIPAL COM EDUCAÇÃO INFANTIL

BAIRRO _____ CRE _____

ORGANIZE EM SUA ESCOLA UMA ARRECADAÇÃO DE ALIMENTOS E PRODUTOS DE LIMPEZA PARA AS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL OCUPADAS. ESCOLHA UMA E ENVIE. TODO APOIO AOS ESTUDANTES DA REDE ESTADUAL!

Plano de carreira: lutar pelos mesmos direitos

Em meio a bombas e repressão policial, em 2013 a Câmara dos Vereadores aprovou um plano de carreira que dividiu a educação, e não aprovou o plano de carreira unificado da educação. A maioria dos professores e funcionários desta rede não têm direito aos benefícios deste plano. Os docentes de 22,5h, 16h e 30h se encontram em situação de cargos em extinção. Até mesmo os migrados para 40 horas não possuem os mesmos benefícios. Os funcionários da educação permanecem com um PCCS que mantém salários rebaixados e não reconhece o direito à sua formação.

Corte de verbas já é uma realidade

A propaganda oficial da prefeitura RJ mostra que a educação vai muito bem: prédios novos e bonitos, salas de aula e berçários bem estruturados. A propaganda, entretanto, esconde que a maioria das unidades escolares vivencia sérios problemas originados do não cumprimento do investimento na educação e do corte de verbas para garantir o término das obras das Olimpíadas. Esse ano muitas escolas receberão da prefeitura duas parcelas de R\$ 3 mil; ou seja, cerca de R\$ 600 por mês! Em outras as má-

quinas de xérox estão sendo recolhidas.

A climatização, uma conquista da greve de 2013, está num impasse: escolas que ainda não conseguiram aumento da carga de energia, unidades que não conseguem fazer uma boa manutenção dos seus aparelhos. Com diversas escolas superlotadas (até o fechamento do jornal, havia notícias da possibilidade de aumento ainda maior do quantitativo de crianças nos berçários e na pré-escola, desrespeitando mais uma vez as Diretrizes Nacionais da Educação Infantil), as condições de trabalho são cada vez mais precárias para professores e funcionários.

Nas escolas recém-inauguradas, nem tudo caminha às mil maravilhas. Há falta de professores e funcionários. Para garantir belas propagandas, a prefeitura vem deslocando profissionais e estudantes de outras unidades.

No final do ano, parte da categoria se mobilizou contra a reestruturação e a circular nº 05. Educadores, alunos e comunidade se uniram para lutar contra a descaracterização da sua unidade escolar e contra o deslocamento de profissionais com os quais possuem vínculos afetivos e pedagógicos. Como resultado, o sindicato conseguiu o compromisso de paralisação da reestruturação e a manuten-

A implantação da Lei nº 11.738/2008, no que diz respeito à composição da jornada de trabalho dos professores, deve ser realizada em todos os sistemas e redes de ensino aplicando-se a seguinte tabela:

Duração total da jornada	Interação com estudantes	Atividades extraclasse
40	26,66	13,33
30	20	10
22,5*		
23		7,66
22	15,33 - 14,66	7,33
16	10,66	5,33

OBS: esses números são sempre arredondados para cima.

*Não existe na tabela

ção de diversos profissionais em suas unidades. Este embate já se desenvolve desde 2013, quando escolas da Ilha do Governador foram ao Ministério Público questionar a medida arbitrária. Outras unidades se incorporaram ao processo. Ano passado o MP recomendou a paralisação da reestruturação da rede.



Sepe participou da audiência pública sobre a reestruturação, no final do ano passado, no MP estadual



Boletim do Sepe - Rede Municipal é uma publicação do Sepe/RJ - Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro
Secretaria de Imprensa
Fotos: Samuel Tosta e Rafael Gonzaga
Fundado em 16 de julho de 1977
Sede central: Rua Evaristo da Veiga, 55, 7º/8º andares - Centro
Rio de Janeiro/RJ - CEP 20031-040
Tel. (21) 2195-0450
Na web: www.seperj.org.br
Tiragem desta edição: 10 mil

SEMINÁRIO SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DO RIO DIA 31 DE MAIO. AGUARDE MAIS INFORMAÇÕES.

Pagamento já do reajuste do IPCA

A Lei municipal do Rio de Janeiro garante o reajuste do IPCA. Já não podemos mais reivindicar ganho real este ano devido à lei eleitoral. Mas a nossa luta não pode parar. Com a inflação em alta, nossos salários vêm sendo corroídos e não podemos esperar até o segundo semestre para receber o reajuste. Por isso, é possível a luta pelo pagamen-

to imediato do IPCA, pois nós não iremos pagar pela crise!

Em diversas assembleias, a categoria também aprovou as reivindicar:

. Implementação já do 1/3 de atividade extracurricular!

. Pelo fim da política de reestruturação da rede!

. Pelo direito à origem do professor e funcionário!

. Contra a precarização do trabalho nas unidades escolares do Rio!

. Pela jornada de 30 horas semanais para o funcionário da educação!

. Contra o corte de verbas da educação pública do RJ!

. Pelo abono e devolução imediata dos descontos da greve de 2014!

. Contra o PL 867 – Escola sem fascismo, consciente e empoderada!

PME do Rio de Janeiro está atrasado

A prefeitura do Rio de Janeiro descumpra mais uma legislação da educação. O Plano Municipal de Educação do Rio de Janeiro está atrasado. O prazo limite para a sua aprovação era junho de 2015. Enviado à Câmara dos Vereadores,

o projeto da prefeitura está na contramão do que desejam os profissionais da educação, consolidando a política de cumprimento de metas e da meritocracia, a polivalência e os projetos experimentais como o 6º ano cari-

oca e os GEC's. O sindicato construiu uma série de emendas que serão apresentadas aos vereadores na luta para impedir mais ataques à educação pública brasileira. Atualmente, o plano está na Comissão de Direitos Humanos.

CALENDÁRIO DE ORGANIZAÇÃO DA CATEGORIA PARA A LUTA:

25/4 a 06/5

Semanas de debate no recreio estendido e no COC.

26/4

Reunião da Coord. da Capital ampliada com os núcleos e regionais.

27/4

Debate: "A dívida do município RJ" (confirmar hora e local)

30/4 - Encontro de Funcionários da Rede Municipal, às 10h, no ISERJ.

Tema: A Valorização da Carreira do Funcionário da Educação

7/5

Point cultural na Feira do Lavradio (horário a confirmar).

11/5

Debate: "A situação da previdência social do município", às 18h.

14/5

Conselho Deliberativo da Rede Municipal RJ, às 18h, no Sepe.



18/5

Paralisação da Rede Municipal com assembleia às 10h, seguida de ato público.

21/5

Núcleo de Estudos da Educação Infantil, às 10h, no Sepe.

31/5

Seminário sobre Reestruturação da Rede Municipal RJ.